



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

DECISÃO Nº 001/2021 DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2021

OBJETO: Contratação de empresa para realização de serviço de topografia, projeto e sondagem.

IMPUGNANTE: D PAULA PROJETOS LTDA

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **D PAULA PROJETOS LTDA**, com fulcro na Lei n.º 12.462/2012 e no Decreto n.º 7.581/2011, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Tomada de preço 001/2021.

02. Que cumpridas às formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Licitação.

I. DAS PRELIMINARES

03. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de Licitação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

04. Em resumo, a impugnante alega que o procedimento licitatório em questão solicita de maneira indevida e irregular alguns quesitos para habilitação a título de qualificação econômico-financeira, sendo constatada a exigência cumulativa da comprovação da boa situação financeira da empresa, por meio de índices contábeis, e pela verificação de patrimônio líquido, ambos previstos nos itens 3.4 "b" e "c" do instrumento convocatório.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

05. Afirma que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seus parágrafos §1º, §2º e §5º do art. 31, trata da utilização de índices contábeis para avaliar a capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que irá assumir para o cumprimento do contrato e, também, sobre a exigência de capital mínimo ou de patrimônio mínimo, como comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes.

06. Afirma que a jurisprudência tem decidido no sentido de que não é cabível se exigir de maneira CUMULATIVA, para fins de habilitação e a título de qualificação econômico-financeira, os índices contábeis e, também, a comprovação de valor de capital social ou patrimônio líquido.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

10. Requer a Impugnante:

a) Seja julgada totalmente procedente a presente IMPUGNAÇÃO, a fim de serem corrigidos os itens 3.4, "b" e "c", do edital em epigrafe, pelas razões e fundamentos acima expostos, considerando que decidir de modo diverso fulminaria o processo licitatório em flagrante desrespeito ao princípio da legalidade, da isonomia e da competitividade;

b) Seja Retificado o Edital em questão, nos moldes do art. 31, da Lei nº. 8.666/93, inserindo-se possibilidade subsidiária de comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento), caso os índices financeiros sejam insuficientes;

c) Caso não entenda pelo recebimento e provimento da presente IMPUGNAÇÃO, pugna-se pela emissão de parecer fundamentado, informando quais os dispositivos legais que embasaram a decisão da Comissão;

d) Informa, igualmente, que na hipótese, ainda que remota, de não provimento à IMPUGNAÇÃO ora apresentada, tal decisão certamente não prosperará perante o Poder Judiciário, pela via mandamental, sem prejuízo de representação junto ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público Estadual.

IV. DA ANÁLISE TÉCNICA

11. Inicialmente, a fim de termos uma melhor compreensão do assunto, é importante pontuarmos como os editais de licitação solicitam a apresentação dos balanços financeiros e seus respectivos índices de liquidez dos licitantes.

12. Assim, na maioria das vezes, e normalmente em licitações de grande porte financeiro, seguindo o que disciplina o artigo 31 da Lei Federal nº 8666/93, que regulamenta o procedimento licitatório no Brasil, os editais acabam por exigir tanto o balanço patrimonial da empresa licitante quanto impondo a análise de seus índices financeiros.

13. Desta forma, em que pese à possibilidade de outras fórmulas econômicas equivalentes, os editais de licitação podem trazer como condição de participação de empresa no certame licitatório a comprovação de que o índice de Liquidez Geral – LG da empresa seja igual ou superior a 1,0 (um), calculado nos termos da seguinte fórmula financeira:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

LG =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
------	--

14. Nesse sentido, é comum a adoção de índices contábeis como critério de habilitação, tendo sua forma de aplicação sido regulamentada pela Instrução Normativa MARE/GM nº 05, de julho de 1995, que determina:

“7.1 Para uniformidade dos procedimentos os editais destinados às Licitações Públicas devem conter, obrigatoriamente, as exigências descritas nos incisos seguintes de modo a explicitar que:

(...)

V – a comprovação de boa situação financeira de empresa oriunda de localidade onde o SICAF não tenha sido implantado, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

(...)

15. A habilitação no procedimento licitatório tem a função bem clara e necessária de distinguir aqueles que tem condições de executar o pretendido contrato, daqueles que não possuem tal condição. Visa a fase de habilitação, por conseguinte, evitar que a Administração se lance em aventuras contratuais incompatíveis com a sua gestão de riscos.

16. Desta forma, embora exista certa restrição por parte dos órgãos públicos em aceitar esta flexibilização das condições de habilitação financeira das empresas no que se refere aos índices mínimos de liquidez, restrição esta pautada invariavelmente em critérios subjetivos e vontades pessoais dos agentes envolvidos, fato é que a doutrina e a jurisprudência brasileiras já firmaram entendimento no sentido de que é saudável um exame bastante amplo e rigoroso das condições de habilitação dos licitantes concorrentes.

17. Ao definir os critérios de habilitação, o administrador deve posicionar-se na linha divisória entre a garantia de que o contrato vai ser cumprido e a restrição ao caráter competitivo do certame licitatório.

18. Em que pese o balanço patrimonial ser a peça contábil por excelência, a análise simples e isolada dos índices padrões não garante o desempenho da empresa, em razão de fatores econômicos não refletirem necessariamente posição financeira. Sua função básica é evidenciar o conjunto patrimonial, classificando-o em bens e direitos, evidenciados no ativo, e em obrigações e valor patrimonial dos donos e acionistas, evidenciados no passivo.

19. Desta forma, vejamos o que diz a Lei nº 8.666/93:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

(Redaç

ão dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

20. Como pode ser observado, não há qualquer impedimento para que seja exigido patrimônio líquido mínimo concomitante com os índices contábeis superiores a 1. O que se tem é a impossibilidade de exigência de garantia de participação na licitação, concomitantemente com a e patrimônio líquido, vejamos:

A exigência de garantia de participação na licitação, concomitantemente com a de patrimônio líquido mínimo ou de capital social mínimo, afronta o disposto no art. 31, § 2º, da Lei 8.666/1993, ainda que a prestação de garantia seja exigida como requisito autônomo de habilitação, deslocada no edital das exigências de qualificação econômico-financeira. Acórdão 2743/2016 Plenário

21. Portanto, interessante salientar que a exigência de patrimônio líquido e o percentual, que deverá ser até de 10% entra na esfera discricionária da administração, razão pela qual é plenamente cabível fixar os valores em seus máximos, tendo em vista a vultuosidade da



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

licitação em comento e sua importância para o Município de Imbaú.

22. Ademais, interessante ressaltar que a lei nº 8.666/1993 afirma que o valor do patrimônio líquido a ser exigido não poderá ser superior a **10% do valor estimado da contratação**, razão pela qual entendemos que a exigência estabelecida no Edital está totalmente de acordo com a legalidade.

V. DA DECISÃO

23. Isto posto, após análise e conclusão da Área Técnica, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela **D PAULA PROJETOS LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital Tomada de preço 001/2021 e no mérito, NEGAR SEU PROVIMENTO mantendo-se inalterado o Edital em comento.

Imbaú, 30 de março de 2021.



Rosana de França Manzolli
Presidente da Comissão Permanente de Licitação